



Índice

- 01** PM apreende 21 armas e prende 11 pessoas em área de ciganos no DF
- 02** Atingidos pela UHE Sinop permanecem em resistência
- 03** Embratur lança vídeo dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas
- 04** Justiça considera etnias Borari e Arapium como índios verdadeiros
- 05** Mulheres da Amazônia celebram oito de março com conquistas sociais e geração de renda
- 06** Projeto-piloto leva ações do Poder Judiciário de MS a ribeirinhos do Pantanal
- 07** Erosão destrói e condena casas de ribeirinhos em arquipélago no Amapá
- 08** INSS leva atendimento aos ribeirinhos do Pantanal
- 09** Juiz suspende a sentença que declarou inexistentes povos indígenas em Santarém
- 10** Ponte destruída há seis meses prejudica acesso de moradores no TO
- 11** Mulheres indígenas celebram Dia Internacional da Mulher
- 12** Taunay-Ipegue: TRF da 3ª Região diz que limite temporal é válido desde que não tenha havido expropriação territorial
- 13** CDDH Marçal de Souza Tupã-I denuncia fazendeiros por trabalho escravo de indígenas no RS
- 14** Índias coletam sementes nativas para reflorestamento no ES. Ironia: projeto é



financiado pela Aracruz Celulose (Fibria), que desmatou 50 mil hectares de mata atlântica

- 15** Vale Universidade Indígena terá apoio de superintendência em divulgação nas aldeias
- 16** Mais de 300 famílias de município de MT são atingidas pelas cheias de rios
- 17** Ribeirinha deficiente física é exemplo de força e superação neste 8 de março
- 18** MPF vai à Justiça pela regularização de terras quilombolas no Amapá
- 19** Barra do Bugres decreta situação de emergência
- 20** Terras quilombolas em Oriximiná (PA) devem ser tituladas em 2 anos, determina a Justiça Federal
- 21** Não podemos criar ou estender as áreas indígenas, diz deputado do PSB
- 22** Liderança feminina se destaca na organização dos pescadores de AL
- 23** Reserva extrativista no AM terá inventário da biodiversidade local
- 24** Moradores do Parque Quilombo dos Palmares terão novas casas
- 25** União tem 90 dias para alugar sede provisória da Casai em Guajará-Mirim, RO
- 26** Filho de liderança indígena é morto a tijoladas em Santa Rosa do Purus
- 27** Profissionais do DSEI Médio Rio Solimões e Afluentes são capacitados para tratamento da cárie
- 28** Capacitação visa reduzir mortalidade infantil em distritos indígenas
- 29** Lava Jato: 16 ruralistas aparecem em lista de envolvidos no esquema de desvios da



Boletim de Notícias - Edição nº 42/2015

Brasília, 09 de março de 2015.

Petrobras

30 Estudantes protestam por benefícios para população negra em Brasília

PM apreende 21 armas e prende 11 pessoas em área de ciganos no DF
SÍTIO GLOBO.COM, 06.03.2015

Foram recolhidos sete revólveres, uma espingarda e 13 facas.
Suspeitos vão responder por posse irregular; ação envolveu 39 policiais.



Armas apreendidas em acampamento cigano no DF (Foto: Polícia Militar/Divulgação)

Policiais militares das Rondas Táticas Metropolitanas (Rotam) do Distrito Federal apreenderam nesta sexta-feira (6) oito armas de fogo, 80 munições e 13 facas em um acampamento de ciganos na área rural de Sobradinho. Onze pessoas foram presas nas casas onde as armas estavam guardadas.

A operação foi batizada de "Calom", em referência à etnia do povo cigano instalado no acampamento. Sete viaturas, seis motocicletas e 39 policiais foram deslocados para a ação. O helicóptero da PM sobrevoou a área para dar apoio.

Segundo a corporação, denúncias anônimas relataram o comércio ilegal do armamento na região. O serviço de inteligência da Rotam fez um levantamento em campo para apurar a veracidade das denúncias em dias anteriores à prisão.

Foram apreendidos sete revólveres de calibres 22, 32 e 38 e uma espingarda calibre 22. Os 11 ciganos detidos devem ser indiciados por posse irregular de arma e podem pegar de 1 a 3 anos de prisão, além de multa.



Atingidos pela UHE Sinop permanecem em resistência

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.03.2015

Um ano após o início da construção da usina não há nada de concreto para os atingidos do município de Sinop, Mato Grosso.

MAB

Atingidos e atingidas pela UHE Sinop resistem à entrada da empresa CARTA, contatada da CES (Companhia Energética Sinop) em seus sítios para demarcação das áreas atingidas. Assentados do Wesley Manoel dos Santos, mais conhecido como Gleba Mercedes V, manifestam-se contra todo o processo de descumprimento em relação aos prazos acordados com os atingidos, tais como apresentação do caderno de preços e áreas do reassentamento.

Em assembleia no dia 24 de fevereiro, cerca de 170 atingidos reafirmaram novamente a posição de resistência perante a empresa e o INCRA.

Segundo Daniel, morador da Gleba há 15 anos, que irá perder parte de seu sítio e acesso à estrada principal "a usina até agora veio apenas com promessas e nada de concreto para os atingidos e atingidas".

Também para Rosana, atingida pelo empreendimento, a empresa está violando os direitos das pessoas. "Eles querem entrar em nossos sítios de qualquer jeito para adiantar a situação deles, e para os atingidos até agora nada, seguiremos mantendo o manifesto até que aparecerão coisas concretas para os atingidos".

Tatiane, da coordenação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), ressalta que Sinop não é um caso isolado. "Essa usina desde seus estudos até sua fase de construção no momento, vem repetindo a lógica do setor elétrico nacional, que é negar os direitos ou apenas prometer e não fazer nada a não ser jogar prazos e não cumprir os mesmos".

Os atingidos e atingidas formaram uma comissão junto ao MAB para acompanhar o processo de reassentamento, indenização e compensação para o assentamento. Serão mais de 400 famílias atingidas.

A UHE Sinop está sendo construída entre os municípios de Itaúba e Cláudia e atingirá assentados da reforma agrária, pescadores, ribeirinhos, chacareiros e ceramista de cinco municípios. A obra faz parte do PAC e o consórcio é formado pelas empresas estatais Eletronorte, Chesf e a privada francesa EDF.

A UHE-Sinop é uma das cinco hidrelétricas planejadas para o rio Teles Pires, fazendo parte do complexo Tapajós.



Embratur lança vídeo dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas

SÍTIO PORTAL BRASIL, 06.03.2015

Ação promocional destaca riqueza cultural dos povos indígenas e convida turistas a visitarem o Brasil

Imagens emocionantes de índios competindo Tiro com Arco e Flecha, Arremesso de Lança, Cabo de Força, Corrida de Tora e outros esportes tradicionais da cultura indígena ilustraram o vídeo promocional dos Jogos Mundiais Indígenas, lançado oficialmente pela Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo) na ITB Berlim, que acontece durante esta semana na Alemanha.

A ação faz parte da promoção da primeira edição mundial do evento, que reunirá mais de 2 mil indígenas de mais de 30 países entre os dias 18 a 27 de setembro em Palmas (TO).

“Pela primeira vez será realizado uma competição que reunirá indígenas de várias etnias, mostrando ao mundo nossa diversidade e capacidade de sediar eventos mundiais”, disse o presidente da Embratur, Vicente Neto.

Além dos indígenas brasileiros, também estarão presentes os povos dos países das Américas, Austrália, Japão, Noruega, Rússia, China e Filipinas. Do Brasil, cerca de 24 etnias devem participar da competição.

Hoje mais de 305 etnias indígenas vivem no País e, para o organizador dos jogos, Marcos Terena, a competição ajudará a fortalecer esses povos. “O objetivo é unir essas nações indígenas”, explica.

Vídeo

Apresentado na versão de 3 minutos e com legenda em inglês, o vídeo também será legendado em espanhol, francês e português lusitano. As versões de 30 segundos também serão traduzidas para os mesmos idiomas.

Acesse o vídeo de 3 minutos [aqui](#).

Acesse o vídeo de 30 segundos [aqui](#).

Fonte: Embratur



Justiça considera etnias Borari e Arapium como índios verdadeiros

SÍTIO O TEMPO, 06.03.2015

Em dezembro de 2014, o juiz federal Airton Portela decretou que os moradores da área eram formados por falsos índios, sendo estes, na verdade, povos tradicionais ribeirinhos

AGÊNCIA BRASIL

A Justiça Federal no Pará suspendeu a sentença que considerou as etnias indígenas Borari e Arapium, que moram na região de Santarém, oeste paraense, como formadas por “falsos índios”, informou hoje (6) o Ministério Público Federal (MPF).

Em dezembro de 2014, o juiz federal Airton Portela decretou que os moradores da área eram formados por falsos índios, sendo estes, na verdade, povos tradicionais ribeirinhos. Por isso, eles não teriam direito ao território delimitado pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Com a suspensão, fica mantida a Terra Indígena Maró e a proibição da entrada de madeireiros.

Para o MPF, a decisão de Portela foi “controversa” e por isso pediu a reforma total da sentença e o reconhecimento dos direitos territoriais dos índios. Segundo o MPF, a sentença foi publicada semanas depois de uma operação de fiscalização embargar todas as permissões para exploração madeireira que incidiam sobre a terra indígena.

“Um relatório técnico de vistoria feito pelo Ibama [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis] também comprova a presença e o interesse dos madeireiros na terra indígena, oferecendo máquinas e combustível para lideranças comunitárias em troca de apoio no processo contra os indígenas. Agora, os madeireiros devem se retirar novamente até que o processo encerre o trâmite no TRF1 [Tribunal Regional Federal da 1ª Região]”, informou o MPF.



Mulheres da Amazônia celebram oito de março com conquistas sociais e geração de renda

SÍTIO EXPRESSO MT, 06.03.2015

Neste dia Internacional da Mulher conheça a história do projeto CultivAção, que mudou a vida de diversas famílias que vivem no arco-do-desmatamento.

O Noroeste de Mato Grosso é considerado o último grande bloco de floresta amazônica nativa em um estado que sempre figura entre os primeiros no ranking de desmatamento do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Não é por acaso, as estradas e a dificuldade de acesso são um indicativo da falta de políticas públicas para essa região, considerada por muitos ambientalistas como estratégica para a conservação, pois compõe o chamado arco-do-desmatamento.

Mesmo diante das dificuldades, um grupo de mulheres se uniu através do associativismo e tem modificado a realidade local. A Associação de Mulheres Cantinho da Amazônia (AMCA) foi criada em 2009, e desde então tem deixado lições importantes para as pessoas viverem na Amazônia de forma sustentável. "Construímos esse grupo a partir dos sonhos dessas mulheres que tinham o desejo de se qualificar e participar mais ativamente da vida em sociedade. O sonho cresceu, e em 2012 nós conseguimos o patrocínio da Petrobras, através do Programa Petrobras Socioambiental", conta Lucinéia Machado, coordenadora do CultivAção, nome do projeto que é gerido pelas associadas da AMCA e que tem ajudado centenas de famílias do campo a se qualificar e a gerar renda.

A castanha, matéria-prima principal dos produtos da AMCA, é extraída da floresta através de coletores do próprio assentamento vale do Amanhecer e parcerias com associações indígenas. Quando chegam na AMCA, as amêndoas são beneficiadas, viram biscoito e macarrão. Elas ganham embalagens e são comercializadas em todo Brasil. Todo esse trabalho, além de remunerar toda a cadeia produtiva, é um exemplo de sustentabilidade em uma região tão desacostumada a aproveitar as riquezas locais. "A gente nota que dá pra sair dessa lógica de boi e pasto. A gente vive numa região tão rica, tem que aproveitar", diz Leonilda Grassi Buss, a Dona Nida, presidente da AMCA.

Essa Tecnologia Social, chamada de "Mulheres da Amazônia", foi premiada pela Fundação Banco do Brasil em 2011. O sucesso dessa iniciativa ajudou a estabelecer diversas parcerias, como a Conab, que através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) passou a comprar os produtos das associações e distribuí-los para escolas e terras indígenas da região. Desde então a AMCA triplicou a produção e de 2011 a 2015 passou de 1.500kg para 4.500kg/mês a produção de castanha do Brasil e derivados, gerando mais de 30 novas oportunidades de trabalho na fábrica.

CONT.



Como se não bastasse todo o sucesso na geração de renda, as Mulheres da Amazônia também investem bastante em cursos de capacitação e inclusão digital. "O Projeto CultivAção certificou mais de 1.300 mulheres rurais e indígenas no cantinho da Amazônia. Foram cursos de gestão de negócios, cultivo agroecológico de hortifruti, corte e costura, bonecas e tapetes artesanais, além dos cursos de inclusão digital", diz Lucinéia. Boa parte das capacitações foi oferecida por meio de parcerias com o SENAI, SEBRAE E SENAR.

Aos poucos as mulheres tem conquistado mais autonomia e com isso tem se libertado até mesmo da violência. "A gente vive em uma região distante, com muita dificuldade de comunicação. O machismo aqui é forte, com bastante discriminação de gênero, o que ocasiona em muitas delas a depressão. Além disso, a violência contra mulher rural quase sempre fica no silêncio. Nosso projeto tem ajudado a quebrar essa lógica, trazendo melhoria de vida e mais autonomia para as mulheres desses assentamentos", conta Lucinéia Machado.

O simples acesso à informação tem ajudado a mudar o quadro de violência contra a mulher. "É interessante perceber que aqui, no cantinho da Amazônia, tem pessoas preocupadas com políticas públicas, com a emancipação da mulher, autonomia econômica, coisas que muitas vezes a gente não vê nos grandes centros", diz Lucineide dos Santos Pereira, teóloga e consultora do projeto que ministrou uma palestra sobre protagonismo feminino durante o 1º Encontro de Mulheres indígenas e rurais de Juruena.

Todo esse trabalho tem inspirado novas associações na região. Outras duas comunidades de Juruena também constituíram associações de mulheres e com a ajuda do CultivAção vão acessar o mercado de aquisição de Alimentos da Conab. "Nosso projeto dá apoio a essas organizações, pois nossa intenção é de que essas iniciativas cresçam cada vez mais aqui no Noroeste", diz Lucinéia.

Atualmente são mais de 1.300 mulheres que mudaram de vida e tem uma renda que vai de R\$800 a R\$1.200. A última grande conquista foi a inauguração de uma fábrica de pepinos e conservas. "Nós investimos na produção de canteiros agroecológicos nas casas das associadas e agora, com essa fábrica, vamos poder comercializar esses produtos no Brasil todo. Esta é mais uma conquista nossa. Uma prova de que a união faz a força", alegresse Dona Nida.

Projeto-piloto leva ações do Poder Judiciário de MS a ribeirinhos do Pantanal
SÍTIO AQUIDAUANA NEWS, 07.03.2015

Aproximadamente 50 atendimentos, com cerca de 10 ações propostas, intervenções em processos já existentes e muitas informações prestadas. Este é o levantamento preliminar de quatro dias de trabalho, que levou a justiça até comunidades ribeirinhas do Pantanal de Corumbá, como resultado da parceria estabelecida entre o Poder Judiciário de MS e a Marinha do Brasil.

A primeira missão, considerada projeto-piloto, quando o Navio de Assistência Hospitalar Tenente Maximiano navegou pelo Rio Paraguai atendendo habitantes de localidades na margem do rio, saiu da base naval de Ladário na segunda (2) e retornou no final da tarde de quinta-feira (5).

Na embarcação estavam o juiz Emerson Ricardo Fernandes, do Juizado Especial de Corumbá, um servidor do judiciário, um oficial de justiça, além de um promotor público e um defensor público, que levaram a justiça para comunidades às margens do Rio Paraguai, longe dos centros urbanos.



O serviço é vinculado ao Juizado Especial da Comarca de Corumbá e funciona nos mesmos moldes do ônibus da Justiça Itinerante, proposta desenvolvida há muitos anos em Campo Grande e disponibilizada na Comarca de Dourados. A intenção é atender a demanda não só de casos de competência do juizado especial, mas também de outras áreas como registros públicos, crimes de violência contra a mulher, pensão alimentícia, crimes contra crianças e adolescentes, etc.

No trajeto percorreu-se o Rio Paraguai, saindo de Ladário no sentido de Porto Murtinho. Assim foram alcançadas as comunidades de Porto da Manga, Albuquerque, Porto Morrinho e Porto Esperança, que juntas tem uma população estimada de 600 habitantes. Participando pela primeira vez de uma ação itinerante no Rio Paraguai, o juiz Emerson conta que ficou surpreso com a receptividade e com a quantidade de pessoas que esperam o navio passar nas localidades.

"A Marinha faz um trabalho extraordinário e a população aguarda seu retorno. Acredito que, da próxima vez, a considerar a procura, a justiça também será esperada com ansiedade. Foi uma experiência muito boa e a expectativa é voltar em breve", explicou o juiz.

CONT.



Emerson contou também que as pessoas foram identificadas e será enviado ofício para a polícia civil pedindo a disponibilização de um papiloscopista para colher as digitais, possibilitando a emissão de documentos como carteira de identidade, de trabalho, enfim, documentos necessários ao exercício da cidadania.

“Fizemos um acordo de pensão alimentícia, em que foi necessário expedir mandado para buscar o pai que estava oito quilômetros distante, realizamos conversão de união estável, enfim, o melhor dessa ação é evitar que pessoas tão carentes desse tipo de serviços se desloquem para serem atendidos em suas demandas judiciais”, completou.

Identificadas as demandas e, com a presença do promotor e do defensor público, muitos problemas foram resolvidos na hora. Nos casos em que isso não foi possível, a questão foi reduzida a termo e trazida à sede da comarca, em Corumbá.

O projeto é mais um instrumento de acesso à justiça e de reafirmação do Poder Judiciário junto à população carente do Estado, esclareceu o Des. Marco André Nogueira Hanson, presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais.

“O projeto leva a justiça até pessoas que necessitam resolver conflitos. E mais: a ação propicia o atendimento às pessoas carentes, que tem os seus direitos ofendidos, os mais básicos, e que não tem acesso ao Poder Judiciário por estar longe da sede da comarca”.

O projeto é ambicioso pelas características da Comarca de Corumbá, que tem a maior extensão territorial de Mato Grosso do Sul, onde fica o Pantanal, ecossistema de planícies alagáveis (Patrimônio Natural da Humanidade concedido pela Unesco – ONU) e também a divisa internacional do Rio Paraguai, marco natural da fronteira brasileira com a Bolívia e o Paraguai.

O 6º Distrito Naval de Ladário, da Marinha do Brasil, comandado pelo contra-almirante Edervaldo Teixeira de Abreu Filho, é o responsável neste projeto pelo apoio logístico e de navegação pelo Rio Paraguai. A Marinha já faz atendimentos sociais às populações ribeirinhas de Corumbá.

Erosão destrói e condena casas de ribeirinhos em arquipélago no Amapá

SÍTIO GLOBO.COM, 07.03.2015

*Defesa Civil aponta 38 casas com risco de cair em comunidade do Bailique.
Chuvvas e invasão da água do mar estão acelerando processo de erosão.*



Erosão de encosta próximo de casas e passarela na Vila Progresso (Foto: Aline Brito/Ascom PMM)

Moradores das regiões litorâneas do arquipélago do Bailique, distante 160 quilômetros de Macapá, começam a sentir a força das chuvas que tem mudado a geografia do lugar ao invadir a área e causar a erosão de encostas, condenando assim, casas, portos, unidades de saúde e escolas. O fenômeno chamado de "terras caídas" acontece de forma natural, mas avançou nos últimos meses, principalmente a comunidade de Vila Progresso, a maior e a mais desenvolvida entre as oito ilhas que compõem o arquipélago banhado pelo rio Amazonas.

Na Vila Progresso vivem cerca de 1,6 mil pessoas, e pelo menos 38 famílias estão com o risco iminente de perderem as casas pela erosão, apontou a Defesa Civil, que durante três dias realizou um amplo levantamento na área. De acordo com o chefe da Defesa no município, Maycon Vaz, a cheia junto com o assoreamento do rio Amazonas e a invasão da água do mar para dentro do Bailique são os fatores que influenciam diretamente no avanço descontrolado da destruição, que atinge também a comunidade de Macedônia.

CONT.



"O assoreamento do rio está facilitando a entrada da água salgada nos rios do arquipélago, que com isso deixa as ondas mais fortes que atingem os barrancos de terra. Essa força está trazendo o fenômeno da pororoca para mais próximo dos locais onde vivem os ribeirinhos, que por sua vez estão migrando para dentro das ilhas na intenção de fugir de possíveis acidentes", explicou o inspetor, que juntamente com uma equipe estão elaborando um relatório para enviar ao Ministério da Defesa.

O envio dos dados pode resultar em um provável decreto de emergência da região, forçando assim a retirada da população das áreas de risco. Estudos da Defesa Civil indicam que pelo menos 70 metros da orla da Vila Progresso foi 'engolida' pelas águas nos últimos 20 anos.

Um novo levantamento indica que nos últimos sete dias quase cinco metros avançaram na comunidade, comprometendo além das casas, o porto da Vila, que foi interditado após ter alguns dos pilares de concreto danificados. Parte da Unidade Básica de Saúde (UBS) também foi desativada após o trapiche, mas não comprometeu os atendimentos.

O inspetor alertou que não há equipes permanentes para auxílio das famílias durante as fortes chuvas, e que o acesso ao arquipélago é feito apenas pelo rio ao longo de 12 horas de viagem. Para amenizar a população um plano emergencial foi definido contando com auxílio dos próprios ribeirinhos de agentes públicos de saúde e segurança.

INSS leva atendimento aos ribeirinhos do Pantanal

SÍTIO PORTAL VERMELHO, 07.03.2015

Populações ribeirinhas que habitam a calha do Rio Paraguai e são praticamente isoladas durante todo o ano serão beneficiadas com uma ação de cidadania a partir desta segunda-feira (9), com a participação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Só assim terão acesso mais fácil a benefícios previdenciários, documentos civis e ações de saúde.



Ação atenderá ribeirinhos dos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

Além do INSS, participam profissionais de saúde, Receita Federal e órgãos dos estados do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso, como Secretaria de Segurança Pública, Defensoria Pública e Cartório Eleitoral, por exemplo.

Segundo a chefe do Serviço de Benefícios da Gerência-Executiva do INSS em Campo Grande, Amanda Kuibida, a região pantaneira fica alagada mesmo em época de estiagem, o que dificulta a movimentação dos ribeirinhos em busca de direitos básicos.

A ação é coordenada pela Associação de Juízes Federais. Os técnicos partem no dia 9 de março da Base Naval da Marinha do Brasil em Ladário (MS), a bordo do navio Albatroz.

As primeiras localidades visitadas serão Jatobazinho (MS), entre os dias 11 e 12 de março, e

CONT.



Paraguai-Mirim (MS), nos dias 14 e 15. Logo após o Albatroz aporta em Barra do São Lourenço (MT), onde permanece nos dias 17 e 18 de março, e Santo Antônio das Lendas (MT), onde a população será atendida nos dias 22 e 23 de março.

Ação do INSS

Os servidores do INSS irão orientar a população da região a respeito dos seus direitos previdenciários e conceder benefícios a quem tem direito. O reconhecimento de direitos dos segurados será possível com a instalação de uma antena pelo Ministério das Comunicações, que conectará os microcomputadores via satélite.

Fonte: Blog da Previdência Social



Juiz suspende a sentença que declarou inexistentes povos indígenas em Santarém
SÍTIO PORTAL VOX, 07.03.2015

Ministério Público Federal pretende reverter a sentença.

Redação Portal Vox

A Justiça Federal de Santarém suspendeu a sentença que considerou as etnias indígenas Borari e Arapium como formadas por falsos índios. Com a decisão, voltam a vigorar os embargos ambientais contra as madeiras que invadiram a Terra Indígena Maró, onde vivem os dois povos indígenas.

O juiz Érico Freitas Pinheiro recebeu com efeito suspensivo a apelação do Ministério Público Federal, que pede a reforma total da sentença e o reconhecimento dos direitos territoriais dos índios.

A suspensão fica em vigor até que o Tribunal Regional Federal da 1ª Região julgue a apelação. Na prática, com isso fica mantida a delimitação da TI Maró e a proibição da entrada de madeiros.

A controversa sentença do juiz federal Airton Aguiar Portela, assinada em dezembro de 2014, negou o direito de autorreconhecimento dos povos indígenas, decretando que ambos, há anos em conflito com madeiros e com as terras já delimitadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai), são formados por "falsos índios", ribeirinhos que teriam deixado de ser índios. Por isso, não teriam direito ao território e a delimitação teria de ser anulada.

Ponte destruída há seis meses prejudica acesso de moradores no TO

SÍTIO GLOBO.COM, 07.03.2015

*Estrutura sobre o ribeirão Piabainha caiu em agosto do ano passado.
Governo prometeu construir outra após aprovação do orçamento estadual.*



Ponte sobre o ribeirão Piabainha está destruída há seis meses (Foto: Divulgação)

Há seis meses, a ponte que fica sobre o ribeirão Piabainha, entre os municípios de Rio Sono e Tocantínia, está destruída. A estrutura de madeira caiu em agosto do ano passado, em razão da precariedade, da fragilidade e do alto fluxo de veículos. Sem a ponte, moradores de áreas indígenas ficam isolados. A falta de acesso também impede o transporte escolar da comunidade a uma das escolas da região. Segundo um dos líderes do movimento Pró BR-010, Elpídio Ferreira Lopes, a população de Rio Sono que depende de serviços em Miracema e Palmas precisa pegar desvios que aumentam o custo e o tempo da viagem.

Para ir a Miracema, por exemplo, os moradores precisam passar por Aparecida do Rio Negro. "Aumenta muito mais o percurso e a população frequentemente precisa realizar transações na cidade, serviços bancários, compra de produtos agropecuários e outros materiais, além de serviços médicos", comentou Lopes.

CONT.



Sem a ponte, o caminho dos moradores de Rio Sono até Palmas fica cerca de 20 km mais longe. Isso porque os motoristas precisam passar pela BR-010 e por um trecho de estrada de chão.

Na última quarta-feira (4), representantes do movimento se encontraram com a direção do Departamento de Estradas de Rodagem (Dertins) e foi informado de que dentro de alguns dias o governo irá entregar as pilastras para a construção da estrutura. Entretanto, o restante do material e o início da obra dependerá da aprovação do Orçamento Estadual na Assembleia Legislativa, que deve ocorrer até o final deste mês.

Além disso, ficou acordado entre governo, Ministério Público Federal, Funai e os indígenas da região que a ponte será construída a partir de concreto, de acordo com Lopes. Antes, os indígenas só permitiam o uso da madeira, o que tornava a estrutura ainda mais frágil.

Apesar das promessas, os moradores temem pela demora. "Agora vai depender da aprovação do orçamento na Assembleia Legislativa, mas até o governo se direcionar pode demorar", concluiu o representante do movimento Pró BR-010.



Mulheres indígenas celebram Dia Internacional da Mulher

SÍTIO MS NOTÍCIAS, 07.03.2015

As mulheres que trabalham na feira indígena da praça comendador Oshiro Takemori, próximo ao Mercado Municipal, realizaram celebração do Dia Internacional da Mulher na manhã de hoje. Com danças e música, o evento contou com a presença do prefeito Gilmar Olarte e da primeira-dama e presidente de honra do Fundo de Apoio à Comunidade, Andréia Olarte.

A praça passa por obras de reestruturação, como a implantação de cercas, construção de mais um quiosque e ampliação do prédio existente no local, com alojamento, já que muitas das mulheres indígenas dormem no local. A praça também passa por adaptações para ser destaque no roteiro turístico de Campo Grande.

Homenagem – O prefeito Gilmar Olarte destacou o papel das mulheres, que há mais de 30 anos trabalham no local, para o sustento do lar e a criação dos filhos. “Elas dão amor, carinho e ainda cuidam de viajar e vender os produtos. Por isso, temos de olhar com atenção especial para esta praça”, explicou.

A primeira-dama da Capital, Andréia Olarte, foi a responsável pela atenção especial que a feira indígena recebe. Com a atuação da primeira-dama, foram disponibilizados colchões para as feirantes, enquanto o alojamento não fica pronto. O projeto prevê ainda a instalação de cercas em todo o complexo do Mercado Municipal e praça; a construção de mais um quiosque para a venda de artesanato; ampliação e reforma do prédio já existente na praça, que passará a ter dormitórios, banheiros, cozinha e depósito para armazenamento de produtos.

Guerreiras – A feira funciona há mais de 30 anos, uma das primeiras índias a se instalar no local foi a terena Iracema Souza, 84 anos. A matriarca ainda participa da feira, acompanhada da filha Solange Barros, da aldeia Limão Verde, em Aquidauana (MS). “Chegou na quarta-feira e ficou até a segunda-feira”, explica Solange. Para ela, as noites na feira são perigosas. “Como é tudo aberto, passam estranhos por aqui, dá uma sensação de insegurança”. A nova estrutura é aguardada pela feirante. “Ficará lindo e mais seguro para nossa feira”, comenta.

A presidente da Associação da Feira Indígena, Vanda de Albuquerque, da Aldeia Cachoeirinha, em Miranda (MS), revela que são quase 80 famílias que trabalham no local. “A maioria mulheres, guerreiras, sempre animadas para o trabalho e para cuidar da família”, conta. Segundo ela, é a primeira vez que uma primeira-dama dá atenção especial para a feira: “A nossa primeira-dama é muito especial e nos ouve e atende, junto do prefeito. Nunca tivemos esse espaço com a prefeitura, é muito bom”.

Da aldeia Bananal, em Aquidauana, a terena Felizbina Venâncio viaja de madrugada para vir vender seus produtos. Como não dá para fazer muitas viagens, ela dorme na feira. “Criei meus

CONT.



filhos aqui na feira, dormindo no chão. Estamos aqui há mais de 20 anos. Vai ficar lindo quando a obra estiver pronta”, comemora.

Dança – O grupo de dança da aldeia Água Bonita realizou apresentação durante a comemoração. A dança terena remete ao tempo da Guerra do Paraguai, onde guerreiros terena foram lutar para defender as terras brasileiras. Como a região da tribo foi invadida pelos paraguaios, as índias fizeram roupas de sacos para não ficarem nuas perto dos invasores. De acordo com o indígena Eliseu Lili, a dança celebra a volta dos guerreiros e homenageia aqueles que não voltaram.

Taunay-Ipegue: TRF da 3ª Região diz que limite temporal é válido desde que não tenha havido expropriação territorial
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.03.2015



Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

A comunidade da retomada de Taunay-Ipegue tem ótimo motivo para comemorar: o Tribunal Regional Federal da 3ª Região negou provimento ao agravo de instrumento através do qual fazendeiros recorriam de decisão da 4ª Vara Federal de Campo Grande e pediam a interrupção do processo de demarcação da Terra Indígena. Essa vitória anterior da comunidade foi conquistada após visita do Juiz Pedro Pereira à área reivindicada, quando pode ver como os Terena estavam cuidando da terra, plantando e recuperando-a.

No seu voto como Relator, o desembargador Paulo Fontes, do TRF, não só concordou com o encaminhamento anterior, como teve atitude que merece ser levada ao conhecimento de ministros do STF. Acatou a citação do processo de Raposa Serra do Sol, mas observou:

“não há como deixar de reconhecer que foi fixado limite de tempo de ocupação para fins de

CONT.



demarcação de terras tradicionalmente indígenas, no entanto, com ressalvas, devendo-se verificar que a reocupação não ocorreu por atos de expropriação territorial praticados por não índios”.

Assim sendo, como diz ainda ele, “não há como impedir o prosseguimento do processo administrativo”.

Abaixo, transcrição do Parecer e do Voto do Relator Paulo Fontes:

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL – AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DECLARATÓRIA DE DOMÍNIO – DEMARCAÇÃO DE TERRAS – OCUPAÇÃO INDÍGENA – PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DEMARCATÓRIO – DECRETO Nº 1775/96 – FUNAI – AGRAVO IMPROVIDO.

1. Compete à União Federal demarcar as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, bem como proteger e fazer respeitar todos os seus bens, conforme norma prevista no art. 231 da Constituição Federal.
2. A demarcação das terras indígenas, conforme disposto no Decreto 1.775/96, deverá ser precedida de trabalho de identificação da área, sob iniciativa e orientação do órgão federal de assistência ao índio (FUNAI).
3. O procedimento de demarcação de terras indígenas tem caráter declaratório, porquanto as terras em que se verifica a ocupação tradicional indígena são desde logo, por dicção constitucional, pertencentes à União e sujeitas ao usufruto exclusivo da comunidade indígena – cabendo ao órgão oficial apenas os estudos antropológicos, a delimitação e demarcação da área.
4. Nestes termos, somente após a concretização dos estudos de natureza etno-histórica, antropológica, sociológica, jurídica, cartográfica, ambiental e o levantamento fundiário necessários à delimitação, serão fornecidos os elementos necessários para descrever com propriedade a existência ou não de ocupação de terras indígenas na área objeto da lide e demais requisitos no marco temporal previsto para a demarcação de terras.
5. Portanto, imprescindível a continuidade do processo administrativo demarcatório, meio através do qual será possível um juízo acerca da ocupação indígena sobre a área em questão e do consequente domínio da União.
6. E, se da realização dos estudos de natureza etno-histórica e antropológica, evidenciar que a área, efetivamente, se situa em terras indígenas, ao particular que for afetado pelo processo de identificação da área a ser demarcada será assegurado o contraditório e a ampla defesa, com a possibilidade de se manifestar, produzindo todas as provas pertinentes em defesa de seu direito.

CONT.



7. Por ocasião do julgamento do Pet 3388 / RR – RORAIMA, não há como deixar de reconhecer que foi fixado limite de tempo de ocupação para fins de demarcação de terras tradicionalmente indígenas, no entanto, com ressalvas, devendo-se verificar que a reocupação não ocorreu por atos de expropriação territorial praticados por não índios.

8. Por outro lado, a Constituição incumbe o Poder Executivo da realização dos referidos estudos, não podendo o Poder Judiciário avocar para si tal responsabilidade, em ações movidas por particulares, antecipando-se ao pronunciamento dos órgãos legalmente investidos de tais funções. Realizados os estudos, como dito, poderão os particulares questionar os seus resultados, tanto na esfera administrativa quanto na judicial.

9. Portanto, não há como impedir o prosseguimento do processo administrativo.

10. Agravo de instrumento improvido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quinta Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do relatório e voto que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2015.

PAULO FONTES

Desembargador Federal

Destaque: foto da audiência na 4ª Vara Federal, em Campo Grande.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Luiz Henrique Eloy.

CDDH Marçal de Souza Tupã-I denuncia fazendeiros por trabalho escravo de indígenas no RS

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.03.2015



CDDH Marçal de Souza Tupã-I

Na tarde desta sexta-feira (6) dirigentes do Centro de Defesa dos Direitos Humanos Marçal de Souza Tupã – I (CDDH-MS) protocolaram no Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público do Trabalho (MPT) uma denúncia de que indígenas da etnia Terena, da região de Miranda foram levados para trabalhar em situação análoga a escravidão no Rio Grande do Sul. Os trabalhadores e trabalhadoras indígenas da região de Miranda foram selecionados para uma “boa” oportunidade de emprego na colheita de maçãs na cidade de Vacaria, no Rio Grande do Sul (RS), que renderia mais de R\$ 2 mil por mês, porém quando chegaram tiveram um péssima surpresa.

A oportunidade não era como foi prometida. Mais de 60 indígenas foram levados para trabalhar nas fazendas de Vacaria/RS. Quinze destes indígenas formalizaram a denúncia contra os fazendeiros gaúchos, nesta sexta-feira, por meio do apoio do CDDH. De acordo com o presidente do CDDH-MS, Edivaldo Bispo, os relatos são de que mais de 200 trabalhadores e trabalhadoras dormiam em alojamentos precários, com 12 pessoas por quarto, e um banheiro coletivo com três vasos sanitários e seis chuveiros.

Os trabalhadores e trabalhadoras indígenas eram proibidos de sair do alojamento, Bispo conta que os indígenas eram obrigados a cumprir metas. “Eles tinham uma meta diária de encher 25 caixas com maçãs. Como eles não tinham experiência, não conseguiam cumprir essa meta e acabavam sendo humilhados verbalmente”, relatou. O caso será averiguado pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público do Trabalho.

Índias coletam sementes nativas para reflorestamento no ES. Ironia: projeto é financiado pela Aracruz Celulose (Fibria), que desmatou 50 mil hectares de mata atlântica

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.03.2015



Ubervalter Coimbra, Século Diário

Toda a biodiversidade de aproximadamente 50 mil hectares da mata atlântica no Espírito Santo foi destruída quando a Aracruz Celulose (Fibria) derrubou a mata nativa para implantar seus eucaliptais. Agora, como se arrependida por tamanha agressão à natureza, a empresa tomou a iniciativa de capacitar mulheres indígenas para coletar sementes nativas.

Segundo informa o governo do Estado, o projeto é "iniciativa" da Aracruz Celulose (Fibria). Tem como parceiro a Kambôas Socioambiental e apoio do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) e Secretaria Municipal de Agricultura de Aracruz. Os índios desenvolvem o que foi chamado de Plano de Sustentabilidade Tupinikim e Guarani no Estado.

CONT.



Os primeiros plantios de eucalipto da Aracruz Celulose começaram em novembro de 1967. Nesta ocasião, a empresa já havia grilado terras dos quilombolas, pequenos produtores rurais e dos índios.

Dos quilombolas, a empresa tomou, seja comprando por preços vis a partir de sedução com promessa de empregos e bons salários, ou pela força, 50 mil hectares. Dos índios, a empresa usurpou 40 mil hectares dos quais, após décadas de luta, os índios conseguiram retomar 18.027 hectares.

No seu processo de implantação, a Aracruz Celulose usou correntões puxados lateralmente por dois tratores de grande porte, para destruir toda a mata atlântica. Nada da fauna conseguia sobreviver depois da destruição da vegetação.

Os plantios de eucalipto formaram o Deserto Verde. Não há mais água, tampouco o solo consegue oferecer os nutrientes que as plantas precisam.

Agora, com seu projeto de recuperação de sementes nativas, a Aracruz Celulose anuncia a formação de 89 coletores de sementes. Pouco conseguem: só sementes de saboneteira (girica), cocoa naiá e imbuí, boleira, geri, feijão de porco, algodão, mulungu, e umas poucas outras.

Depois de primeiro negar a existência dos índios, e depois destruir sua cultura, agora a Aracruz Celulose também se diz preocupada com a recuperação das sementes crioulas. O governo informa que o milho Fortaleza está sendo cultivado como parte deste processo.

Foto: Tatiana Cardeal.

Vale Universidade Indígena terá apoio de superintendência em divulgação nas aldeias

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.03.2015



Por Leomar Alves Rosa, do Notícias MS, no Pantanal News

O Programa Vale Universidade Indígena (PVUI) está com inscrições abertas até o dia 19 de março e a meta é que a informação sobre o benefício chegue a todas comunidades indígenas do Estado.

Em 2014 foram ofertadas 120 vagas, mas apenas 25 índios estão utilizando o benefício. Para a vice-governadora e secretária de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho, Rose Modesto, esse processo de fortalecimento na divulgação é de extrema importância. "A nossa meta é levar a informação do Vale Universidade Indígena para as comunidades do Estado para que tenham acesso a essa oportunidade", afirmou a chefe da pasta que abriga o PVUI, projeto comandado pela Superintendência de Projetos Especiais.

A superintendente de Políticas Públicas para a População Indígena, Silvana Dias também vai reforçar nos próximos dias, nas quatro aldeias da capital e 68 do interior, a divulgação do Programa.

CONT.



Neste ano, houve inclusive a ampliação do Vale Universidade Indígena que passou a oferecer 174 vagas – o que significa um aumento de 45% no número de benefícios concedidos.

Silvana quer ainda que esse modelo de comunicação se torne uma constante entre as ações de governo com a comunidade indígena. “O que mais ouvimos pelo interior de nosso Estado é justamente a falta de informação que a população indígena tinha no passado. Vamos intensificar esse processo agora para que o público alvo dos programas possa ficar informado e aproveitar essa ótima oportunidade, entre outras, oferecidas pelo Governo do Estado”, disse.

As equipes da Superintendência Indígena e do Programa Vale Universidade Indígena realizarão as visitas de forma conjunta nas aldeias do Estado.

Inscrições – Os interessados em participar do processo seletivo devem acessar o site da Sedhast e efetuar a inscrição.

O PVUI tem como objetivo assistir ao acadêmico da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), por meio de uma auxílio financeiro no valor de R\$ 300 mensais mais vale-transporte e a oportunidade de experiências profissionais por meio de atividades desenvolvidas em órgãos da administração pública federal, estadual e municipais, além de organizações não governamentais.

Mais informações sobre o PVUI podem ser obtidas pelos telefones: (67) 3314-4827, 3314-4841, 3314-4842 e 3314-4890.

Mais de 300 famílias de município de MT são atingidas pelas cheias de rios

SÍTIO GLOBO.COM, 08.03.2015

*Prefeitura de Barra do Bugres quer decretar situação de emergência.
Defesa Civil está no município para atender a população atingida.*

Mais de 300 famílias do município de Barra do Bugres, a 169 km de Cuiabá, foram atingidas pela cheia da Bacia do Rio Paraguai, sendo que 165 ficam em quatro comunidades locais, 120 em aldeias indígenas, 25 em áreas ribeirinhas e 25 na região urbana. As chuvas deixaram comunidades inteiras ilhadas e comunidades ribeirinhas em risco por conta das cheias dos rios. Estradas vicinais também ficaram inundadas.



Famílias estão isoladas por conta das chuvas
(Foto: Prefeitura de Barra do Bugres-MT)

O prefeito de Barra do Bugres, Júlio Florindo, secretários municipais e a Defesa Civil do estado, reuniram-se na tarde de sábado (7) para tratar das ações emergenciais no município. Existe a possibilidade de que seja decretada situação de emergência. Porém, segundo a Defesa Civil, para que a situação seja reconhecida é preciso que seja relatada à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, pertencente ao Ministério da Integração.

De acordo com a Defesa Civil, já foram iniciados os trabalhos com os gestores locais para que os documentos sejam levados a Brasília. Uma equipe da Defesa Civil também está atendendo os atingidos. Foram entregues 50 colchões e 50 filtros para a população.

De acordo com a Secretaria de Cidades do estado (Secid), equipes estaduais trabalham no mapeamento das áreas de risco em Mato Grosso.

Ribeirinha deficiente física é exemplo de força e superação neste 8 de março

SÍTIO GLOBO.COM, 08.03.2015

*Com 57 anos e deficiente física desde os 7, Berenice é exemplo de garra.
Mulher já ajudou dezenas de pessoas e faz tarrafas para sustentar a família.*



Berenice perdeu a perna aos 7 anos, mas não perdeu a alegria de viver.
Mesmo com a limitação física, ela ajuda muitas pessoas
(Foto: Samira Lima/G1)

Quem vê Berenice Soares de Freitas, de 57 anos, deitada em uma rede, confeccionando um tapete, não imagina a força que esta cearense, de Iracema (CE), tem. Moradora do bairro Duque de Caxias, localizado às margens do Rio Machado, em Ji-Paraná (RO), ela perdeu a perna esquerda aos 7 anos, vítima de uma infecção. Berenice chegou a Rondônia aos 21 anos, com os pais e seus 20 irmãos, fugindo da vida difícil que levavam no Nordeste.

“Meu primeiro emprego foi abrir e fechar um portão. Como eu morava na linha, meu pai construiu um portão na estrada em frente ao nosso sítio e eu recolhia o pagamento das pessoas que queriam atravessar a estrada. Digo que inventei o pedágio”, diz ela, aos risos.

CONT.



Segundo Berenice, por muitas vezes, o tal portão garantiu refeições na mesa da família. “Eu ganhava queijo, farinha, banha de porco, e ia satisfeita para casa levar comida pros meus irmãos”, contou.

Já adulta, Berenice não parou de ajudar. “Filhos biológicos eu tive dois, adotei mais três e cuidei de mais de 20 pessoas que me pediram teto e comida. Já achei gente perdida na mata, com as pernas bem machucadas e cuidei por três anos. Eu tenho isso de zelar das pessoas em mim”, disse, contando que também recolhe roupas e outros donativos para doar à famílias carentes. Atualmente, ela mora com sua filha adotiva, Ruth, de 10 anos.

Ela foi casada por 13 anos e é categórica ao afirmar que não pensa em se casar novamente. “Deus me livre! Homem aporrinha muito, eu sou muito mais feliz sozinha”. A aposentada conta ainda que muitas pessoas tentaram deixá-la mal consigo, mas não conseguiram. “Por muito tempo eu tive vergonha de mim, de não ter uma perna, eu não era feliz como sou hoje. Mudei no dia em que enxerguei que eu trabalho, sou dona de mim, jamais mereço ser humilhada por ter perdido uma perna. Eu sei do meu valor”, afirma.

Berenice já morou em Porto Velho, Mirante da Serra, Ariquemes e Ji-Paraná. Já foi babá, empregada doméstica, zeladora e hoje em dia vive de sua aposentadoria e da confecção de tarrafas. “Eu acordo, ajeito minha casa e meu quintal e depois faço crochê ou então tranço as redes. Eu faço tudo sozinha, tenho boa saúde e resolvo meus problemas, me sustento como dá”, diz Berenice, que é vista pela família como uma heroína.

“Se eu acho que consigo subir numa árvore, eu subo. Minha deficiência, minha idade, nada disso me atrapalha. O poder das pessoas está na mente, eu acredito que posso tudo e posso mesmo. Se resolvo fazer uma coisa hoje, amanhã estou dando um jeito de fazer”, descreve, decidida.

Quando questionada sobre a mensagem que gostaria de passar às mulheres neste dia 8 de março, Berenice é positiva. “Somos todas melhores do que pensamos. Minha família é de mulheres fortes, somos muito guerreiras, eu, minha mãe, minhas irmãs. Aconselho a todas as mulheres que sejam como eu”, concluiu.



MPF vai à Justiça pela regularização de terras quilombolas no Amapá

SÍTIO CLICO TERRA, 08.03.2015

Parte dos processos tramita há mais de 10 anos no Incra

Em favor das comunidades quilombolas, o Ministério Público Federal no Amapá (MPF/AP) ajuizou seis ações civis públicas contra o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Em cinco delas, a Fundação Cultural Palmares também é processada. O MPF/AP cobra na Justiça a conclusão dos processos de regularização das terras Cunani, Rosa, Ilha Redonda, São Pedro dos Bois, Lagoa dos Índios e São José do Mata Fome. Segundo levantamento do Incra, mais de 600 famílias remanescentes de quilombos habitam nessas localidades. As comunidades beneficiadas com as ações têm processo de demarcação e titulação coletiva com tramitação há cerca de 10 anos no Incra.

Na Superintendência do Incra no Estado do Amapá tramitam mais de 20 processos voltados à regularização fundiária quilombola. Quatorze foram abertos há mais de cinco anos; outros cinco aguardam solução há aproximadamente uma década. Das oito fases necessárias até a titulação das terras, a maioria ainda não saiu da terceira. O MPF/AP pede à Justiça Federal que determine ao Incra concluí-los no prazo de seis a doze meses, conforme o estado do procedimento administrativo. A Fundação Palmares pode ser obrigada a acompanhar e prestar assistência e apoio técnico à autarquia nesse trabalho.

Para o MPF/AP, a demora na efetivação na emissão do título de propriedade constitui lesão irreparável à garantia dos direitos culturais dessa população. "O que se vê é a total omissão estatal quanto à efetivação de políticas públicas, de garantia de integridade do território, ao direito à informação, etc, o que coloca tais comunidades em situação de vulnerabilidade, fragilizando seus laços étnicos e culturais, e tornando suscetíveis aos conflitos internos e externos", afirma.

As ações ajuizadas em dezembro do ano passado são resultado de representações de associações e lideranças quilombolas ao MPF/AP. A partir dos relatos de violações à integridade de territórios devido à demora do processo de regularização fundiária, existência de conflitos internos nas comunidades e inércia dos órgãos estatais, a instituição instaurou mais de 20 inquéritos. "Abandonadas pelo Estado, essas comunidades vivem à própria sorte", constatou o MPF/AP no decorrer das investigações.

Cunani – O MPF/AP chama atenção para o caso da comunidade do Cunani, situada no município de Calçoene. Os remanescentes de quilombo tiveram o território incluído no Parque Nacional do Cabo Orange – Unidade de Conservação de Proteção Integral Federal. Isso implicou em limitações de várias ordens ao usufruto da terra pela comunidade. E, ainda, no risco de perda de parte de seu território tradicional.

CONT.



Há quatro anos, a sobreposição das duas áreas provocou impasse entre o Incra – responsável pela regularização fundiária – e o Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio) – gestor da unidade de conservação. Por conta disso, o processo não avança. Especificamente nessa ação, o MPF/AP apresenta à Justiça informações prestadas pelo Incra que comprovam a existência da comunidade em torno de 1885, cerca de um século antes da criação do parque, em 1980.

A controvérsia administrativa levou o MPF/AP a processar a União e o ICMBio. A instituição pede à Justiça que obrigue ambos a ouvir a comunidade do Cunani para a resolução do conflito e que, em três meses, o caso seja resolvido. Além disso, pede também que o Incra conclua o processo de regularização das terras no prazo de nove meses. “Além da consulta à comunidade e da maior rapidez na solução do conflito, o MPF busca impedir que a comunidade tenha parte do seu território subtraída”, enfatiza o procurador da República Thiago Cunha de Almeida.

“Referente à regularização fundiária do Cunani, o trâmite administrativo já perdura mais de 10 anos, sem que o INCRA sequer tenha conseguido encerrar a primeira fase do procedimento, que é a publicação do relatório técnico de identificação e delimitação (RTID)”, reforça o MPF/AP em trecho da ação.

CRQs – Atualmente, no Brasil, existem 2.007 comunidades remanescentes de quilombos (CRQs) certificadas pela Fundação Palmares. No Incra, há cerca de 1.300 processos abertos voltados à regularização fundiária dessas comunidades. Desse total, somente 139 terras foram tituladas até 2013. O Incra emitiu apenas 31 títulos. Ou seja, a autarquia concluiu apenas pouco mais de 2% da regularização quilombola a ser feita.

No Amapá, 33 comunidades são certificadas pela Fundação Cultural Palmares; somente 4 são tituladas: Curiaú, Conceição do Macacoari, Mel da Pedreira e São Raimundo do Pirativa.

Barra do Bugres decreta situação de emergência

SÍTIO MÍDIA NEWS, 08.03.2015

Defesa Civil de Mato Grosso doa colchões e filtros, e auxilia no atendimento a atingidos



Pelo menos 300 pessoas foram atingidas pela enchente do Rio Paraguai

DA REDAÇÃO

População atingida pela cheia da Bacia do Rio Paraguai, no município de Barra do Bugres, já está recebendo atendimento. De acordo com a Defesa Civil de Mato Grosso, que está no local para auxiliar os trabalhos, mais de 300 famílias foram atingidas pela enchente. Do total, 165 famílias se encontram em quatro comunidades locais, 120 em aldeias indígenas, 25 em áreas ribeirinhas e outras 25 famílias na região urbana.

De acordo com o superintendente da Defesa Civil Estadual, tenente-coronel Abadio José da Cunha Junior, equipes estão mobilizadas na região, tanto para trabalhar no assessoramento aos gestores locais, como também para atender os atingidos. Até o momento, 50 colchões e 50 filtros foram entregues para a população. A prefeitura também está recebendo doações para as famílias.

Cunha explicou que para que a situação de Barra do Bugres seja reconhecida é preciso que esta seja relatada à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, pertencente ao Ministério

CONT.



da Integração. De acordo com ele, profissionais da Defesa Civil de Mato Grosso já iniciaram os trabalhos com os gestores locais para que os documentos sejam levados a Brasília.

“Com este encaminhamento, os gestores federais analisam a situação municipal e então reconhecem o caso como emergência. Após esta etapa, os recursos federais são encaminhados para que o gestor local possa recuperar as áreas destruídas pela enchente”, explicou Cunha.

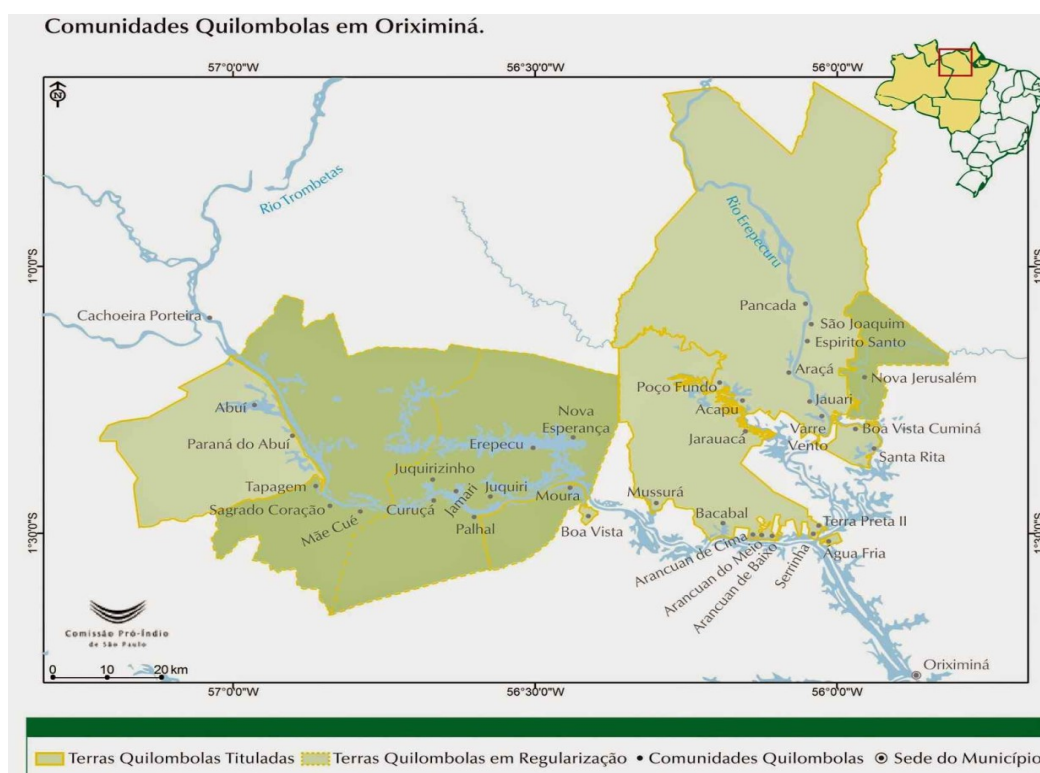
O secretário de Estado das Cidades (Secid), Eduardo Chiletto, reforçou a importância da Defesa Civil para a população e destacou que as equipes estaduais já trabalham no mapeamento das áreas de risco em Mato Grosso. “Situações como a registrada em Barra do Bugres acontecem todos os anos e nosso objetivo é evitar. Um trabalho de mapeamento das áreas de risco já foi iniciado. A partir deste levantamento, vamos conseguir trabalhar de forma preventiva”.



Terras quilombolas em Oriximiná (PA) devem ser tituladas em 2 anos, determina a Justiça Federal

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.03.2015

A decisão foi tomada na Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal atendendo à demanda da Campanha Índios & Quilombolas de Oriximiná.



Comissão Pró-Índio de São Paulo

No dia 24 de fevereiro, o juiz Érico Rodrigo F. Pinheiro, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Santarém, determinou que União, Incra e ICMBio conclua no prazo de dois anos o procedimento administrativo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelas comunidades quilombolas do Alto Trombetas em Oriximiná, Pará.

A Ação Civil Pública foi proposta pelo Ministério Público Federal em Santarém no ano de 2013 em apoio às reivindicações das 13 comunidades quilombolas das terras Alto Trombetas, Jamari/Último Quilombo e Moura.

CONT.



Há muitos anos, os quilombolas de Oriximiná lutam pela titulação de tais territórios contando com o apoio da Comissão Pró-Índio de São Paulo. A primeira solicitação formal para titulação da terra Alto Trombetas foi encaminhada ao Incra ainda em 1994. Reivindicação reiterada em 2004 quando o Incra abriu os processos para regularização das áreas. Somente em 2012 foram realizados os estudos para identificação do território.

O Relatório de Identificação e Delimitação (RTID) dos territórios encontra-se pronto e tecnicamente aprovado desde 2013, mas não é publicado porque os territórios incidem em duas unidades de conservação, a Flona Saracá-Taquera e Rebio do Rio Trombetas. Tal situação levou o Ministério Público Federal a propor Ação Civil Pública requerendo que a União e o Incra fossem obrigados a dar continuidade e concluir a regularização da terra quilombola.

O caso encontra-se na Câmara de Conciliação da Advocacia Geral da União desde 2007 para busca de uma solução consensuada entre Incra e ICMBio sem que se tenha avançado em propostas concretas. Em sua decisão, o juiz de Santarém considerou que a omissão da Administração “está devidamente caracterizada, pois há um ano não ocorre qualquer outra reunião para ultimação das tratativas conciliatórias, no aguardo de pronunciamento do MMA, que até agora permanece inerte, aliado ao fato de que o procedimento de conciliação vem sendo realizado há considerável tempo, sem que uma solução satisfatória tenha sido encontrada até o momento. [...] Assim, em vista da superveniente omissão da Administração em prosseguir com o processo administrativo relativo à regularização da área, torna-se possível a intervenção judicial, eis que a conduta transfigurou-se em ato ilícito.”

A decisão judicial de 24 de fevereiro também condenou os réus – União, Incra e ICMBio – ao pagamento de indenização por danos morais coletivos, no valor de R\$90.000,00 (noventa mil reais), a ser rateado em parcelas iguais, em favor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos.

Não podemos criar ou estender as áreas indígenas, diz deputado do PSB

SÍTIO O NORTÃO JORNAL, 08.03.2015

Para ele, a quantidade de espaço destinada a esses povos já é o bastante e Mato Grosso não deve ampliar as demarcações, para que o Estado "continue produzindo e gerando emprego".



Fábio Garcia acredita que ampliação de áreas indígenas faz Estado improdutivo

O deputado federal Fábio Garcia (PSB) é um dos parlamentares da bancada mato-grossense contrários às demarcações de terras indígenas. Para ele, a quantidade de espaço destinada a esses povos já é o bastante e Mato Grosso não deve ampliar as demarcações, para que o Estado "continue produzindo e gerando emprego".

"Precisamos respeitar os indígenas, mas não podemos transformar Mato Grosso num Estado improdutivo. Não podemos continuar criando e estendendo as áreas indígenas que aqui existem e fazer com que o Estado perca áreas produtivas e não possa mais gerar renda", defende.

Fábio lembra que Mato Grosso é uma região essencialmente agrícola e o agronegócio é o que sustenta a economia. O socialista acredita ser necessário investir em novas formas de emprego, industrialização, fortalecer a prestação de serviço e o comércio, mas isso ainda demanda tempo.

CONT.



“Com a crise econômica, o cenário para Mato Grosso e o país não é positivo. Isso requer que todos apertemos os cintos, pois o país tende a crescer pouco, ter problema com empregos, redução nos investimentos. O Pedro (Taques, governador) pega esse cenário e tenta construir o novo Mato Grosso, para dar segurança jurídica para investidores, conseguir cumprir compromissos com os municípios, melhorar saúde e educação”, defende o parlamentar.

Demarcações

A proposta de lei que trata do assunto é a PEC 215, que quer transferir a prerrogativa de demarcações de terras indígenas, terras quilombolas e criar novas unidades de conservação do Poder Executivo para o Legislativo. A matéria havia sido arquivada no ano passado, após a comissão especial montada para analisá-la não conseguir levar o relatório final à votação. Isso porque houve mobilização de indígenas e de deputados contrários à PEC, que conseguiram obstruir a votação mais de uma vez até expirar o seu prazo. Neste caso, é regra do regimento interno da Câmara que a proposta vá para a gaveta.

A PEC 215, contudo, pode ser desarquivada pelo novo presidente do Legislativo Federal Eduardo Cunha (PMDB). O ex-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), Luís Carlos Heinze (PP-RS), assinou requerimento para tirá-la da gaveta.

O único parlamentar, até o momento, a se manifestar contra a PEC foi Ságuas Moraes. Para o petista, a regra é inconstitucional, pois o Legislativo não pode atuar em causas que provoquem custos ao Executivo.

Autor: RD NEWS

Fonte: RD NEWS

Liderança feminina se destaca na organização dos pescadores de AL
SÍTIO TRIBUNA HOJE, 08.03.2015

Eliane Moraes, presidente da Fepeal, é a única mulher líder entre 26 entidades estaduais



Mulheres têm ocupado seu espaço com destaque também no setor da pesca, segundo dados da Confederação Nacional dos Pescadores

Cuidar da roça, plantar, colher, pescar e ensinar como ter uma maior produtividade no campo: isso também é papel da mulher.

Seja na lida com a terra, seja no papel de extensionista rural, a mulher depois de tantas lutas é parte integrante no debate das políticas públicas designadas ao desenvolvimento rural em todo Brasil. Em Alagoas, várias guerreiras se destacam e, como forma de homenageá-las, em alusão ao Dia Internacional da Mulher, serão contadas algumas histórias de liderança e garra.

A primeira é uma pescadora alagoana, filha de pescadores, que hoje é a primeira mulher presidente da Federação dos Pescadores de Alagoas (Fepeal) e a única mulher líder das 26 entidades do Brasil. Eliane Moraes, que tem nove irmãos que também vivem da pesca, rompeu barreiras ao assumir uma entidade tradicional. Em 2015, a Fepeal completa 92 anos de história.

“Entrei na federação como secretária em 2006 e já consideramos um avanço para época. Depois que foi eleita presidente, muitos colegas de profissão não acreditavam no meu trabalho e ficou claro que a questão de gênero era o diferencial. Nossa profissão é muito machista. Uma vez fui me apresentar em um órgão e ouvi o comentário de homens questionando a minha profissão porque estava de unhas feitas”, relatou.

CONT.



Desafio

De acordo com a Confederação Nacional dos Pescadores, 42% dos profissionais da pesca são mulheres. Em Alagoas, Eliane Moraes revela que a relação de gênero é muito equilibrada. O Estado possui 40 mil pescadores distribuídos em 43 colônias em 37 municípios. O maior desafio da categoria é comum para homens e mulheres: garantir políticas públicas para os pescadores.

Para o secretário de Estado da Agricultura, Pesca e Aquicultura, Álvaro Vasconcelos, a categoria é uma das mais importantes para o desenvolvimento agrícola do Estado e tem espaço especial na atual gestão. "O diálogo com o setor da pesca e aquicultura está aberto.

A liderança de uma mulher não só nesse setor como em muitos outros é imprescindível. Contamos sempre com a sensibilidade delas nas tomadas de decisão e com o pulso no cumprimento das atividades", afirmou o secretário.

Ainda segundo a Fepeal, cerca de 15 mil pessoas vivem da pesca no complexo lagunar Mundaú e Manguaba, que envolve a capital e os municípios de Coqueiro Seco, Santa Luzia do Norte, Marechal Deodoro, Pilar e Satuba. "Nosso complexo lagunar pode ser considerado a maior empresa do Estado de Alagoas, temos homens e mulheres que tiram seu sustento da pesca do peixe, sururu, e estamos vendo nossa lagoa abandonada, precisamos agir, antes que seja tarde", alertou Eliane Moraes.



Reserva extrativista no AM terá inventário da biodiversidade local

SÍTIO PORTAL EBC, 08.03.2015

Ariane Póvoa

Pesquisadores do Instituto Mamirauá realizaram um levantamento da biodiversidade na Reserva Extrativista Rio Jutai e na Estação Ecológica de Jutai-Solimões, oeste do estado do Amazonas. O trabalho durou 10 dias e compreendeu a criação de um inventário da fauna e das populações humanas da região. Um estudo socioeconômico das comunidades está sendo realizado.

As pesquisas foram iniciadas no ano de 2014, a partir de uma demanda do ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Essa é a quarta expedição feita para essa região. A parceria entre o Instituto Mamirauá e o ICMBio também vai realizar inventário da biodiversidade da fauna em outras quatro áreas da região do Médio Solimões: Reservas Extrativistas do Baixo Juruá e Auati-Paraná, Estação Ecológica Juami-Japurá e Área de Relevante Interesse Ecológico Javari Buriti.

De acordo com os institutos, o levantamento é imprescindível para traçar os próximos passos em relação às possíveis estratégias de conservação. A proposta é que as pesquisas sejam realizadas até o ano de 2017.

Moradores do Parque Quilombo dos Palmares terão novas casas

SÍTIO TRIBUNA HOJE, 08.03.2015

As novas moradias estão localizadas na região central do município de União. 2,86 hectares de terra serão destinados à essa população



Serra da Barriga
Foto: João Paulo Farias

Residentes na área correspondente ao Parque Memorial Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga, em Alagoas, serão contemplados com residências mais próximas do centro do município de União dos Palmares. O Governo Estadual declarou, na última semana, que uma área que seria destinada à construção de matadouro público é de interesse social e atende às necessidades das quinze famílias em questão.

O Parque administrado pela Fundação Cultural Palmares (FCP/MinC) foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1985 e recria o ambiente da República dos Palmares – o maior, mais duradouro e mais organizado quilombo já implantado nas Américas. Por se tratar de patrimônio cultural do país, além de declarada área de preservação ambiental, o lugar não pode abrigar residências.

Para os encaminhamentos decorrentes da declaração, o presidente da Fundação, Hilton Cobra, se reunirá na próxima semana com o governador de Alagoas, Renan Calheiros Filho. Nela, serão decididos os detalhes da doação do terreno e possíveis projetos para a construção das casas que atenderão às famílias.

Competência

De acordo com Alexandro Reis, diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-

CONT.



Brasileiro da FCP, a destinação do terreno de 2,86 hectares à essa população por parte do Governo, marca um momento importante à vida dessas pessoas. “Fora do Parque e melhor localizadas no município, elas terão mais possibilidades de segurança, acesso à saúde e alternativas ao desenvolvimento”, explica.

Ele ressalta que desde a aquisição da área pela instituição para a construção do Parque, na década de 1980, há uma preocupação com o destino dessas famílias. “A Palmares se comprometeu com o realocamento das pessoas sem que elas não corressem riscos e tivessem como garantia alternativas à melhoria de sua qualidade de vida”, diz.

Até então, as famílias que ocupam a área do Parque vivem numa região de encosta, considerada de risco pela Defesa Civil. As casas feitas de taipa condenam a saúde dos moradores, uma vez que são consideradas estruturas favoráveis à proliferação do barbeiro transmissor da doença de Chagas.

Expectativas

Nesta sexta-feira (6), Denônio Ferreira de Moraes (Seu Louro), 57 anos e morador do Parque, recebeu a notícia e se comprometeu a informar às outras famílias. Segundo ele, a preocupação inicial em ter que deixar o espaço era com as condições do novo lugar.

“Queríamos um espaço que contribuísse para o nosso desenvolvimento”, disse. Ao saber da localização da futura moradia, afirmou que a novidade deve surpreender a todos.

O coordenador dos Agentes Florestais da Serra, Diogo Palmeiras, remanescente quilombola, cuida da área há 15 anos e acompanha a rotina e as dificuldades enfrentadas por essas famílias. “Nos períodos de chuvas, todos ficam isolados. O rio enche impossibilitando o acesso à cidade. As crianças chegam a ficar dias sem frequentar a escola”, preocupa-se.

Para ambos, a mudança pode ser tratada como uma conquista, pois o acesso à outros dois municípios – Chã Preta e Murici – também será facilitado, o que permite a melhoria da comercialização dos produtos da agricultura familiar, principal fonte de renda dessa população.



União tem 90 dias para alugar sede provisória da Casai em Guajará-Mirim, RO
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.03.2015

Cronograma de obras da sede terá que ser apresentado em até 30 dias. Recurso para reforma de prédio atual está disponível há mais de um ano.

Por Dayanne Saldanha, do G1 RO

A Justiça Federal determinou que a União acelere as obras de reforma da Casa de Saúde Indígena (Casai) de Guajará-Mirim (RO) e estipulou o prazo de 90 dias para que seja alugada um imóvel onde a instituição funcionará provisoriamente. Em janeiro deste ano, os indígenas tomaram o prédio da Casai no município, por quatro dias, pedindo melhorias nas condições das instalações. A decisão da Justiça, tomada a pedido do Ministério Público Federal (MPF), também determina que um cronograma da reforma do edifício sede seja apresentado em 30 dias.

Segundo o procurador da República Daniel Dalberto, autor da ação civil pública do MPF, a saúde indígena em Guajará-Mirim é muito deficiente e tem gerado revolta entre os indígenas. Em janeiro deste ano, a situação crítica gerou protestos, quando lideranças chegaram a ameaçar atear fogo em um veículo da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Na época, o coordenador do Distrito Sanitário Indígena (Dsei), Antônio Ribamar, informou que a verba para as obras no local, no valor aproximado de R\$ 3,5 milhões, está liberada há mais de um ano. "A construção da nova Casai já foi licitada. Depende apenas de uma locação para fazer os atendimentos em outro local, ainda à espera de autorização da Funai em Brasília", explicou.

De acordo com o Ministério Público, em 2013, a Justiça Federal fez uma audiência para tratar da reforma e na ocasião foi constatado que para as obras seria necessário alugar um outro imóvel para não interromper os serviços de Saúde. O Dsei informou na audiência que foi feita uma pesquisa de preço, mas que não havia imóvel disponível para aluguel em Guajará-Mirim e, desde então, a situação permaneceu a mesma.

Na decisão de agora, a Justiça Federal destaca que o Distrito Sanitário Indígena não foi claro quanto ao que fará para resolver o problema que já dura muitos anos e, por isso, determinou que seja alugado um imóvel no prazo de 90 dias e a apresentação de um novo cronograma da reforma e ampliação da Casai, em até 30 dias. Além disso, o Dsei deverá informar quais e quantos medicamentos foram enviados para o atendimento indígena no município.

Filho de liderança indígena é morto a tijoladas em Santa Rosa do Purus

SÍTIO GLOBO.COM, 09.03.2015

*Segundo a Polícia Civil, indígena foi morto por barqueiros.
'O momento é de insegurança e consternação', diz tio da vítima.*



Comunidade indígena está consternada com a morte do índio Carlos Alberto Domingos Kaxinawá
(Foto: Sandra Brito/Arquivo Pessoal)

O professor Carlos Alberto Domingos Kaxinawá foi vítima de latrocínio neste domingo (8), no município de Santa Rosa do Purus, distante 300 quilômetros de Rio Branco. O indígena era filho do cacique Edivaldo Domingos Kaxinawá. Segundo o chefe do posto da Polícia Civil no município, Luciano Nascimento da Costa, os quatro suspeitos, entre eles três menores, foram presos em flagrante e o crime foi motivado para roubar uma carteira.

"Eles mataram o indígena com tijoladas na cabeça e cortaram um pedaço da orelha dele. Nós fomos rápidos e conseguimos capturá-los. Em depoimento, os homens falaram coisas contraditórias, disseram que o indígena estava xingando eles, mas percebemos que o crime foi motivado por roubo mesmo", explicou Costa.

CONT.



Ainda de acordo com Costa, os suspeitos foram levados para o município de Manoel Urbano para ser lavrado o flagrante. "Eles foram encaminhados para município vizinho para realizarmos o flagrante e também por questões de segurança, porque a população ficou muito revoltada com a situação. Depois, o maior vai para o presídio de Sena Madureira e os três menores para Centro Socioeducativo Purus, localizado no mesmo município", explica.

Para o presidente do Conselho Distrital do Posto de Saúde Indígena do Pólo Base de Santa Rosa do Purus, e tio da vítima, Manoel Kaxinawá, o momento é de insegurança e total consternação.

"A morte dele é lamentável, é um fruto que nós perdemos. Ele era trabalhador, cursava faculdade de pedagogia e foi morto sem ninguém esperar. Só não fizemos justiça com as próprias mãos, porque não tínhamos certeza de quem foram os autores", disse.

Manoel pede que a justiça seja feita. "O que pedimos é que essas pessoas não fiquem em pune, pois nossa população indígena é perseguida e sofre muito, se a justiça não for feita vamos até Rio Branco, se for preciso", finalizou.

Profissionais do DSEI Médio Rio Solimões e Afluentes são capacitados para tratamento da cárie

SÍTIO PORTAL SAÚDE, 09.03.2015



O Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Médio Rio Solimões e Afluentes realizou, no fim de fevereiro, a I Reunião Técnica com as equipes de Saúde Bucal e o Curso de Capacitação em Prevenção e Tratamento da Cárie Dentária em Populações Indígenas. O evento foi realizado no auditório da Escola Municipal Wenceslau de Queiroz, na cidade de Tefé (AM), e reuniu os odontólogos e Auxiliares de Saúde Bucal (ASB) das nove equipes de Saúde Bucal do DSEI.

Os profissionais trocaram experiências vivenciadas em cada Polo Base e apresentaram suas formas de trabalho e ferramentas criadas para a implementação das atividades em área. Na reunião também foi discutida a questão das Hepatites Virais no contexto da Saúde Bucal.

Segundo a Responsável Técnica de Saúde Bucal do DSEI Médio Rio Solimões, Raphaele Freitas, os principais problemas registrados no distrito são a cárie e a doença periodontal. "No entanto, as equipes têm trabalhado arduamente com estratégias que visam a diminuir a incidência destas doenças nas populações indígenas", disse.

No ano de 2014, em média, cerca de 400 pessoas foram atendidas por mês, no DSEI, com a realização de quase 200 restaurações, além dos outros procedimentos da atenção básica. "As

CONT.



ações de Educação em Saúde, escovação dental supervisionada e a aplicação tópica de flúor gel são os pilares da promoção e prevenção à saúde bucal. Essas estratégias são utilizadas com o intuito de diminuir a incidência da cárie, pois se trata de ações de cunho coletivo e não individual, de baixa complexidade, onde não só a equipe odontológica atua, mas todas as outras áreas da saúde, propiciando uma ação integrada”, explica Raphaelle.

Dentro do curso, a parte prática foi realizada no Polo Base Barreira da Missão com 25 crianças pré-selecionadas que apresentavam mais de um dente com cárie, em dentição primária, com necessidade de tratamento imediato. Cada equipe atendeu três crianças, entre quatro e 10 anos, e houve três demandas espontâneas durante os atendimentos. Enquanto algumas equipes atendiam, outras faziam atividades de Educação em Saúde e escovação dental supervisionada.

Segundo o cronograma do DSEI, o próximo passo, ainda este mês, é realizar o pré-natal odontológico. “As equipes estão mais capacitadas, qualificadas e seguras para realizar as técnicas de forma correta e eficiente, proporcionando restaurações mais duradouras. O curso de capacitação foi de extrema importância para o DSEI, para as equipes de saúde bucal e, conseqüentemente, para a população indígena”, concluiu Raphaelle.

DSEI

O DSEI Médio Rio Solimões e Afluentes se localiza no Estado do Amazonas e possui uma população aproximada de 17.400 habitantes, distribuída em 182 aldeias, numa extensão territorial de 361.478 km². Abrange 14 municípios: Tefé, Fonte Boa, Juruá, Alvarães, Uarini, Coari, Maraã, Juruá, Carauari, Itamarati, Eirunepé, Envira, Ipixuna e Japurá.

Por Graziela Oliveira



Capacitação visa reduzir mortalidade infantil em distritos indígenas

SÍTIO CBN FOZ, 09.03.2015

Médicos e enfermeiros do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Alto Rio Solimões participaram, na última semana, de uma capacitação em Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância (AIDPI). A estratégia é da Organização Mundial da Saúde (OMS) e foi adotada pelo Ministério da Saúde. O objetivo é melhorar a eficácia no primeiro nível de atendimento e, consequentemente, a redução da mortalidade infantil.

Essa foi a primeira de quatro capacitações que ocorrerão no primeiro semestre de 2015 para 80 profissionais, sendo 60 do DSEI e 20 dos municípios que são referências para os Polos Base do distrito: Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá e Tonantins.

Segundo o enfermeiro do DSEI Alto Rio Solimões, Danilo Donizete da Silva, em média, são atendidas 4200 crianças no DSEI, principalmente por problemas de infecção respiratória, pneumonia, diarreia e agravos nutricionais. "As crianças são atendidas e acompanhadas pela equipe do Polo Base e, quando necessário, são encaminhadas ao município de referência", explica o enfermeiro.

Fonte: Blog da Saúde

Lava Jato: 16 ruralistas aparecem em lista de envolvidos no esquema de desvios da Petrobras

SÍTIO CIMI, 09.03.2015



Parlamentares da bancada ruralista serão investigados por uma força tarefa de 30 procuradores do Ministério Público Federal (MPF), depois de autorização do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Teori Zavascki, relator dos inquéritos, acusados de envolvimento com um esquema de desvios na Petrobras, que pode chegar a R\$ 10 bilhões, desarticulado pela Operação Lava Jato. Os indícios avalizados por Zavascki apontam que os envolvidos tenham participado de pagamento de propina e lavagem de dinheiro. O esquema, portanto, possui elos contundentes contra os investigados no entendimento do ministro do STF, corroborando com a conclusão do procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

Serão 47 investigados, sendo ao menos 16 ruralistas, entre deputados federais, ex-deputados e senadores. Puxa a lista o presidente da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), Luiz Carlos Heinze (PP-RS). Em seguida vem Jerônimo Goergen (PP-RS), Vilson Covatti (PP-RS, atualmente sem mandato), Carlos Magno (PP-RO, atualmente sem mandato), Pedro Henry

CONT.



(PP-MT, atualmente sem mandato), José Otávio Germano (PP-RS), Dilceu Sperafico (PP-PR), Nelson Meurer (PP-PR), Ciro Nogueira (PP-PI), Aline Corrêa (PP-SP), Waldir Maranhão (PP-MA), Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), Arthur Lira (PP-AL), Vander Loubet (PT-MS), Afonso Hamm (PP-RS) e o senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

Os parlamentares investigados compõem a FPA, veja lista aqui. A maioria é filiada ao PP. O Time Agro, diretamente atrelado ao escândalo de corrupção na Petrobras, é o mesmo que briga para transferir do Executivo para o Legislativo a demarcação de terras indígenas e quilombolas com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215. Um dos principais líderes desta que é a maior bancada do Congresso Nacional, desde a atual legislatura, Luiz Carlos Heinze incentivou a violência contra indígenas, afirmando que eles ao lado de negros e gays "são tudo o que não presta". O episódio se deu no final de 2013, durante uma audiência pública no município de Vicente Dutra (RS) - assista aqui. Junto com Heinze, estava o parlamentar ruralista Alceu Moreira (PMDB-RS).

A frente ruralista se reúne durante almoços semanais em uma mansão custeada por empresas do agronegócio, na Capital Federal – leia aqui. Páginas nas redes sociais mantidas pela FPA divulgam a pauta do encontro sob a alcunha de "no cardápio de hoje"; as terras indígenas e quilombolas costumam aparecer como o prato principal. Com a divulgação da lista de políticos ruralistas importantes envolvidos no esquema de desvios, o que se espera é que estes almoços não acabem em pizza.

Fundamentalmente ruralista

Marcou presença na lista, como já havia sido anunciado com antecedência, o presidente da Câmara Federal, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Evangélico de linha fundamentalista, Cunha passou a fazer parte da FPA alguns dias depois de eleito presidente pelos pares, numa disputa acirrada com o petista Arlindo Chinaglia (PT-SP). Logo que passou a fazer parte da frente ruralista, o presidente da Câmara reabriu a Comissão Especial da PEC 215, atendendo a demanda protocolada na Mesa Diretora pelos líderes do novo clube de Cunha.

Barrageiros e mineradores

Outros políticos e parlamentares anti-indígenas também configuram na lista de investigados. O senador Romero Jucá (PMDB-RR), que há décadas busca abrir as terras indígenas para a mineração, e o ex-ministro de Minas e Energia Edison Lobão, atualmente senador pelo PMDB do Maranhão, responsável por uma avalanche de grandes empreendimentos em terras tradicionais sem consultar os povos que nelas vivem, se destacam. O PT teve alguns de seus parlamentares que cumprem o papel de força auxiliar do agronegócio, além de apoiar mineração e grandes empreendimentos em terras indígenas, presentes na lista.

O deputado federal Cândido Vaccarezza (PT-SP), autor, ao lado de uma advogada da

CONT.



multinacional Monsanto, do Projeto de Lei que liberou a utilização das sementes Terminator, chamadas também de suicidas, que não se reproduzem e obrigam o agricultor a ficar refém da Monsanto, será investido. Além dele, a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) também terá de se explicar às autoridades. A parlamentar era ministra da Casa Civil quando tentou mudar a legislação de demarcação das terras indígenas, paralisando os procedimentos em curso com base em slides da Embrapa. Chegou a dizer que os Avá-Guarani, povo do oeste do Paraná, não são índios, mas paraguaios.



Estudantes protestam por benefícios para população negra em Brasília

SÍTIO ESTADO DE MINAS, 09.03.2015

Brasília, 09 - Um grupo de estudantes do movimento negro Educafro invadiu na manhã desta segunda-feira, 09, a sede do Ministério da Fazenda, em Brasília, e fazem protesto também na frente do Ministério da Educação. Na Fazenda, eles são cerca de 30 pessoas e exigem audiência com o ministro Joaquim Levy, sob a ameaça de permanência no prédio e greve de fome, caso não sejam recebidos. No MEC, o protesto ainda é pacífico, sem bloqueio da entrada do prédio para servidores como ocorre na Fazenda. Também lá, eles querem reunião com o ministro da pasta, Cid Gomes, até as 14 horas. No MEC, o protesto é feito por cerca de 20 pessoas.

Liderados pelo frei franciscano David Santos, os manifestantes vieram de São Paulo. Eles protestam por ações do governo que garantam benefícios à população negra, sobretudo na área de educação. Uma das reclamações do grupo é sobre a limitação de gastos do Ministério da Educação que, segundo eles, afetará principalmente a secretaria voltada para estudantes negros, quilombolas, indígenas e camponeses. É uma forma de "esvaziamento" da secretaria, afirmam.

Eles ainda criticam a decisão do MEC de impor a nota de corte de 450 pontos para ingresso de estudantes ao Fundo de Financiamento do Ensino Superior (Fies) e a falta de representatividade de negros no governo Dilma. "A Dilma foi eleita com a maioria do voto negro e não escolheu nenhum negro para seus ministérios. Para nós, a Sepir não conta", disse Frei David, referindo-se à Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, comandada pela pedagoga Nilma Lino Gomes, que é negra.

Na reclamações, o grupo também faz referência à indicação que Dilma fará para substituir o ex-ministro Joaquim Barbosa no Supremo Tribunal Federal. Para eles, o STF brasileiro não pode ser o Supremo da Dinamarca, formado apenas por brancos. "Vai ser um tapa na nossa cara, se Dilma escolher para o STF um branco". Eles também não aceitam que Dilma não coloque nenhum negro no segundo escalão.

Além de reivindicar maior número de autoridades negras no governo, o grupo também critica os ajustes que Dilma tem feito na economia e os impactos na corrupção no País. "Não aceitamos que os mais pobres sejam as primeiras vítimas da crise econômica gerada pela corrupção", disse o frei.

Os servidores da Fazenda estão do lado de fora do prédio por causa da manifestação e policiais militares chegaram ao local para reforçar a segurança.